

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.079 - BA (2019/0354018-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : FABILSON DO NASCIMENTO SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : JEFERSON DA CRUZ LIMA E OUTRO(S) - BA061083  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FABILSON DO NASCIMENTO SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia proferido no julgamento do HC n.º 8014472-88.2019.8.05.0000.

Colhe-se dos autos que, em 21/09/2017, foi decretada a prisão preventiva do Recorrente, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 121, § 2.º, incisos II e IV, e 211, ambos do Código Penal. Conforme consta no decreto prisional, um grupo de adolescentes ingressou no estabelecimento comercial do qual o Acusado era funcionário para, em tese, furtar as frutas do pomar localizado ao fundo, momento em que a vítima foi atingida por disparo de arma de fogo efetuado pelo Recorrente, o que resultou em seu óbito, com posterior carbonização e ocultação de seu cadáver (fls. 20-23).

O pedido de revogação da constrição provisória foi indeferido, em 24/08/2018 (fls. 24-25).

Irresignada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, que denegou a ordem (fls. 48-66).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em síntese, a falta de fundamentação idônea do decreto prisional, pois lastreado na gravidade abstrata dos crimes, além da ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal para a decretação e manutenção da prisão preventiva.

Destaca, ademais, que possui as condições pessoais favoráveis para permanecer em liberdade, sendo, no caso, suficiente a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal.

# Superior Tribunal de Justiça

Sustenta, ademais, que a liberdade provisória concedida ao Corrêu, dono do estabelecimento comercial e suposto mandante do crime, deveria ser estendida em seu favor, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação de sua constrição preventiva.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

No caso, não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que foi consignado pelo Juízo singular, ao fundamentar a necessidade da segregação cautelar (fl. 22; sem grifos no original):

*"No caso, a decretação da prisão preventiva dos acusados se faz necessária para garantia da ordem pública ante a real possibilidade de reiteração delitiva, a fim de se resguardar a sociedade de maiores danos, tendo em vista a periculosidade em concreto do agente aliada à gravidade em concreto do crime contra a vida supostamente cometido. In casu, os indícios de autoria estão delineados nos depoimentos testemunhais, colhidos no inquérito policial. Segundo apurado, o Representado é apontado como o autor, em tese, do crime de homicídio consumado praticado contra Guilherme Santos Pereira da Silva, na data de 17.04.2017, no interior do terreno onde se encontra localizado o Restaurante 'Paraíso Tropical', no bairro do Cabula, nesta Capital.*

*Demais disso, impende ressaltar, consoante se infere da prova coligida, notadamente a prova testemunhal angariada na fase aquisitiva, a vítima, acompanhada por outros três adolescentes, estariam furtando frutas no pomar localizado ao fundo do estabelecimento denominado 'Paraíso Tropical', no bairro do Cabula, quando foram surpreendidos por disparos de arma de fogo provenientes - a teor das provas angariadas - do interior do citado estabelecimento. Ao empreenderem fuga, a vítima foi atingida pelo projétil, supostamente deflagrado pelo ora Representado, funcionário do restaurante e responsável por cuidar dos animais da propriedade. Cerca de trinta minutos após o ocorrido, os adolescentes retomaram ao local onde a vítima havia caído e não encontraram mais o corpo,*

*somente uma poça de sangue além da sandália e do boné que a vítima usava. O corpo da vítima foi encontrado no dia 19.04.2017, carbonizado, às margens da Av. Luís Eduardo Magalhães. Outrossim, o proprietário do restaurante, Luiz Gilberto de Andrade Pimentel, em depoimento prestado perante a autoridade policial, asseverou que na propriedade havia uma espingarda de dois canos quebrada e o Investigado teria ficado responsável pelo seu conserto. Assim sendo, vislumbra-se substanciais indícios de participação do Investigado no crime em tela.*

*Tais fatos consubstanciam portanto, indicação suficiente da periculosidade do Representado. Desse modo, busca-se acautelar o meio social, resguardando a sociedade de maiores danos."*

Como se percebe, a fundamentação apresentada pelo Juízo *a quo* não se mostra, em um juízo de cognição sumária, desarrazoada ou ilegal, mormente por ter destacado a periculosidade do Recorrente, evidenciada na gravidade concreta dos crimes – homicídio e posterior carbonização e ocultação de cadáver, conforme os fatos acima narrados –, além de o Tribunal *a quo* ter ressaltado que "*o Paciente evadiu-se do distrito da culpa após o cometimento dos crimes*" (fl. 55).

Nesse sentido:

**"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. SUSTENTAÇÃO ORAL EM AGRAVO REGIMENTAL. NÃO CABIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA. MEDIDAS CAUTELARES. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

[...]

2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

3. **O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do modus operandi com que o crime fora praticado, como ocorreu no presente caso, pois o agravante teria, em tese, estrangulado a vítima, sua ex-companheira, ocultando o cadáver, que foi encontrado boiando nas águas do rio Lane Cover, em**

*Sidney, na Austrália, posto que não aceitava o término do relacionamento amoroso. Ademais, a prisão está amparada ainda na necessidade de se resguardar a aplicação da lei penal, haja vista a fuga do agravante do distrito da culpa. Precedentes.*

*4. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do agravante indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura.*

*5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 110.622/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe de 04/06/2019; sem grifos no original.)*

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE EM CONCRETO DA CONDUTA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA DA CIDADE APÓS O COMETIMENTO DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.**

*1. A acentuada periculosidade do Paciente, evidenciada pelo modus operandi do delito - crime praticado, em tese, 'com extrema violência contra vítima que foi surpreendida por diversos disparos de arma de fogo pelas costas' (fl. 30) - e o fundado receito da intenção de se furtar à aplicação da lei penal, em razão da fuga da cidade após o cometimento do delito, autorizam a manutenção da prisão cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.*

*2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na 'custódia devidamente fundamentada na periculosidade do agravante para a ordem pública, em face do modus operandi e da gravidade em concreto da conduta.' (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe de 26/10/2017).*

*3. A existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.*

*4. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 480.687/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe de 07/03/2019; sem grifos no original.)*

Por fim, o Recorrente não comprovou que se encontram em situação idêntica

# *Superior Tribunal de Justiça*

em relação ao Corréu que foi beneficiado com a liberdade provisória pela instância ordinária, motivo pelo qual não há constrangimento ilegal a ser sanado, *in limine*.

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeira instância sobre a prisão cautelar em epígrafe e sobre o andamento atualizado da ação penal, em especial se há previsão para o julgamento do Recorrente, solicitando-lhes, ainda, a chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora